

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE CONCURSO

XXXVII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR OBJETIVO
FASE VESPERTINA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- 1 Não identifique o cartão-resposta, exceto na parte inferior, na qual constam os campos destinados ao número de inscrição, nome, número de identidade e assinatura. Observe o formato do número da inscrição no exemplo: 370052 – há necessidade de anotar os seis algarismos.
- 2 Mantenha seu documento de identificação sobre a carteira.
- 3 Verifique se há falha na impressão do cartão-resposta ou na prova. A prova contém 50 questões.
- 4 Resolva primeiro a prova, reservando pelo menos 15 minutos, ao final, para preencher com atenção o cartão-resposta, sem qualquer rasura. **Esse cartão não pode ser amassado nem conter qualquer outra anotação, caso contrário as suas respostas não serão lidas.**
- 5 **É vedado o uso de telefone celular nas dependências do local da prova, sob pena de desclassificação.**
- 6 Não é permitida qualquer consulta, nem mesmo a textos legais.
- 7 É expressamente proibida qualquer comunicação entre os candidatos ou com outras pessoas durante a prova. Não tente visualizar a prova dos demais candidatos. Após as instruções preliminares, nada será respondido.
- 8 Ao término da prova, entregue aos fiscais o cartão resposta e o caderno de provas. **NÃO SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE PROVAS OU RASGAR PARTE DELE.**
- 9 Somente será permitido ao candidato destacar a última folha do caderno de provas, identificada como “folha-rascunho para anotação do gabarito”, destinada exclusivamente para o candidato anotar o gabarito da prova realizada e levá-lo consigo.
- 10 Somente será permitido que o candidato se retire da sala após 2 (duas) horas do início da prova, salvo autorização da Comissão de Concurso.
- 11 Os três últimos candidatos que terminarem a prova deverão permanecer na sala até que seja lacrado o envelope dos cartões-resposta e a caixa de provas.
- 12 A duração da prova desta primeira fase do Processo Preambular Objetivo será de 4 (quatro) horas.
- 13 **NÃO ESQUEÇA DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO DE CONCURSO**

XXXVII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**PROCESSO SELETIVO PREAMBULAR OBJETIVO
FASE VESPERTINA**

**ANALISE OS ENUNCIADOS DAS QUESTÕES ABAIXO E ASSINALE A
ALTERNATIVA CORRETA**

**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE
LÍNGUA PORTUGUESA**

LÍNGUA PORTUGUESA

1ª QUESTÃO:

Leia o texto e analise as assertivas que seguem:

Creemos que o ser humano é a única razão do Estado. O Estado está conformado para servi-lo, como instrumento por ele criado com tal finalidade. Nenhuma construção artificial, todavia, pode prevalecer sobre os seus inalienáveis direitos e liberdades, posto que o Estado é um meio de realização do ser humano, e não um fim em si mesmo. E cabe a todos nós, profissionais do Direito, a difícil tarefa de realizá-lo voltados para o homem e seus fins existenciais. Nós somos, portanto, todos, sem exceção, magistrados, promotores, advogados, consultores, serventuários, auxiliares, muito mais do que profissionais do Direito. Nós somos os verdadeiros profissionais do maior ideal do homem. Nós somos os profissionais da justiça.

FONTE: Ives Gandra da Silva Martins. A Justiça e o Direito Natural. (Fragmento) Disponível em <http://jusvi.com/pecas/13992>, acesso em 03/05/12.

- I - Os verbos do texto estão predominantemente no presente do indicativo.
 - II – O texto ora está em 1ª pessoa do plural, ora em 3ª pessoa do singular.
 - III – A primeira e a última oração do texto apresentam o mesmo sujeito: nós.
 - IV - Os períodos do texto, em sua maioria, são longos e com poucos demarcadores de pontuação, o que o torna complexo e de difícil entendimento.
 - V – Encontram-se no texto vestígios que permitem concluir que ele foi escrito segundo as normas do último Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
- A. () Apenas a assertivas I e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II e V estão corretas.

- C. () Apenas a assertiva III está correta.
- D. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

2ª QUESTÃO:

O verbo, quando usado no modo imperativo, torna o texto mais vigoroso e com forte teor de persuasão, porém precisa ser usado corretamente, de acordo com o sujeito a que se refere. Identifique, pois, a(s) alternativa(s) em que o sujeito apresentado correspondente à flexão do verbo:

I – Chora, grita, esperneia, mas demonstra alguma reação.

(sujeito: você)

II – Confira detalhadamente toda a documentação anexa ao processo.

(sujeito: você)

III – Não demonstres qualquer reação durante o depoimento das testemunhas.

(sujeito: tu)

IV – Compreende que a decisão tomada pelo juiz foi bastante coerente.

(sujeito: tu)

V – Sê cuidadoso com tudo o que é dito ou escrito.

(sujeito: tu)

- A. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, II, e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

3ª QUESTÃO:

Irritado, sem saber por que¹ havia sido acusado pelo prefeito da cidade de “inimigo da lei e da ordem”, o velho pároco foi procurá-lo. Devia haver um porquê² para aquela acusação... Não podia deixar de ir, porque³ considerava aquela uma acusação inadmissível. Por que⁴ mesmo estaria sendo acusado de “inimigo da lei e da ordem”? Precisava saber. Precisava urgentemente saber por quê⁵.

Leia as justificativas sobre os diferentes usos do “porquê” que aparecem no texto acima e julgue-as certo ou errado:

- I – (1) Sequência de preposição mais pronome relativo, equivalente a “por qual razão.
- II – (2) Usado como substantivo.

III – (3) Conjunção que inicia oração coordenativa explicativa, ou subordinada adverbial causal.

IV – (4) Sequência de preposição mais pronome interrogativo, frase interrogativa.

V – (5) Usado em final de frase ou imediatamente antes de pontuação.

A. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.

B. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

C. () Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

D. () Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

E. () Todas as assertivas estão corretas.

4ª QUESTÃO:

Vírgula pode ser uma pausa... ou não: Não, espere. / Não espere.

Ela pode sumir com seu dinheiro: 23,4 / 2,34.

Pode ser autoritária: Aceito, obrigado. / Aceito obrigado.

Pode criar heróis: Isso só, ele resolve. / Isso só ele resolve.

E vilões: Esse, juiz, é corrupto. / Esse juiz é corrupto.

Ela pode ser a solução: Vamos perder, nada foi resolvido. / Vamos perder nada, foi resolvido.

A vírgula muda uma opinião: Não queremos saber. / Não, queremos saber.

A vírgula pode ser ofensiva: Não quero comprar seu porco. / Não quero comprar, seu porco.

Uma vírgula muda tudo.

ABI: 100 anos lutando para que ninguém mude uma vírgula da sua informação.

Campanha dos 100 anos da ABI (Associação Brasileira de Imprensa)

Dentre os sinais de pontuação, destaca-se a vírgula, pois tem várias funções. Dada a sua importância, analise as frases:

I – Muito se fala sobre este problema, mas, na realidade, acho eu, pouco se tem feito para encontrar a solução.

II – Muito se fala sobre este problema, mas na realidade acho eu, pouco se tem feito, para encontrar a solução.

III – Muito se fala sobre este problema, mas acho que, na realidade pouco se tem feito, para encontrar a solução.

IV – Na realidade, muito se fala sobre este problema, mas pouco se tem feito para encontrar a solução, acho eu.

V – Muito se fala, sobre este problema, mas na realidade acho eu, pouco se tem feito, para encontrar a solução.

A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

B. () Apenas as assertivas II e V estão corretas.

- C. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
D. () Apenas a assertiva I está correta.
E. () Todas as assertivas estão corretas.

5ª QUESTÃO:

Na Língua Portuguesa, é primordial o conhecimento da sintaxe de regência, isto é, a relação sintática de dependência que se estabelece entre nomes e verbos e seu complemento, com a presença ou não de preposição. Essa preposição pode estar associada ao pronome relativo. Assim, assinale o(s) item(ns) que contempla(m) duas versões da mesma frase consideradas corretas:

- I – Prefiro ser um bom advogado a um mau juiz. / Prefiro ser um bom advogado do que um mal Juiz.
II - Os livros já foram, um dia, objeto sagrado onde o acesso era permitido a poucos. / Os livros já foram, um dia, objeto sagrado cujo acesso era permitido a poucos.
III - Haverá recursos do Estado para a associação de cuja parte nós fazemos. / A associação de que fazemos parte receberá recursos do Estado.
IV – Causou polêmica a medida provisória que autoriza o plantio de soja transgênica no país. / Causou polêmica a medida provisória a qual autoriza o plantio de soja transgênica no país.
V - O dinheiro que o político dispõe para a campanha política é bem mais que ele receberá em salário. / O dinheiro de que o político dispõe para a campanha política é bem mais do que ele receberá em salário.

- A. () Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
B. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
C. () Apenas as assertivas II e V estão corretas.
D. () Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
E. () Todas as assertivas estão corretas.

6ª QUESTÃO:

A Língua Portuguesa faz uso de um mecanismo de concordância – verbal ou nominal - para manter formalmente as relações de determinação ou dependência entre os constituintes da frase. Analise a(s) afirmativa(s) quanto à concordância entre os constituintes dos sintagmas nominais:

- I – Na frase: “Os policiais prenderam imediatamente a moça e o rapaz mascarados que tentavam assaltar a agência bancária”. Ao colocar o adjetivo ‘mascarados’ no singular, ocorre alteração de sentido.

- II – Está correta a frase: “Espero que Vossa Excelência, com vosso bom entendimento, compreenda os motivos que me levam a fazer esta acusação.”
- III – “Foram elas mesmo que solicitaram vistas do processo.” A frase segue as orientações da norma culta da língua.”
- IV – Há erro em: “Saber qual necessidades, desejos e ambições, metas e objetivos de vida ainda são as melhores armas para uma possível tentativa de felicidade.”
- V - A concordância entre os sintagmas nominais está correta em “No Direito, utilizamos com frequência argumentos baseado em conceitos e concepções, até mesmo porque a lei é feita de signos, cuja significação estão em processo contínuo de ressignificações.”
- A. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

7ª QUESTÃO:

Analise as alternativas quanto à Concordância Verbal:

- I – Depois de dado os esclarecimentos solicitados pelos jornalistas, retirou-se o prefeito com seus secretários.
- II – Aqui se obedece aos severos regulamentos estabelecidos por lei.
- III – Assegurou o presidente e o treinador ainda não terem escolhido aquele que se enquadra na posição de capitão do time.
- IV – Os Estados Unidos não só desenvolveu a indústria, como também incentivou a agricultura.
- V – Depois de sua indicação, fazem dois meses que sou leitor assíduo desta coluna do jornal.
- A. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas a assertiva I está correta.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

8ª QUESTÃO:

Analise cada item de acordo com a colocação dos pronomes oblíquos átonos no texto:

- I - Quero conhecer **o cantor mais famoso dos Beatles**.
Quero conhecer-**lhe**.

II - O filho perdoou **aos seus pais** pelos erros que cometeram.

O filho perdoou-**os** pelos erros que cometeram.

III - Eu paguei **ao empregado** o salário merecido.

Eu **lhe** paguei o salário merecido.

IV - Os candidatos fizeram **suas inscrições para o concurso**.

Os candidatos fizeram-**nas**.

V- Convencerei **meu cliente** de que a solução não será justa.

O convencerei de que a solução não será justa.

A. () Apenas as assertivas III e IV estão corretas.

B. () Apenas as assertivas III e I estão corretas.

C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

D. () Apenas a assertiva I está correta.

E. () Todas as assertivas estão corretas.

9ª QUESTÃO:

Escrever corretamente se insere nas habilidades consideradas fundamentais para o êxito profissional, e o uso correto de HÁ (verbo) ou A (preposição) é fundamental ao redator de qualquer tipo de texto. Considere seu uso nas frases:

I - Há dez dias do encerramento do prazo de inscrição de novos projetos, poucas pessoas demonstraram interesse em participar.

II - Estou a anos-luz de distância de compreender a alma humana.

III - O assassino ainda estava a dois metros de distância de sua vítima.

IV – A pouco fiz uma visita a meus parentes que não via havia tempos.

V - Já havia tentado uma oportunidade dessas a muito tempo.

A. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.

B. () Apenas as assertivas I, IV estão corretas.

C. () Apenas as assertivas II, V estão corretas.

D. () Apenas as assertivas I, III, IV, V estão corretas.

E. () Todas as assertivas estão corretas.

10ª QUESTÃO:

Existem certas expressões usadas de forma inadequada na Língua Portuguesa, que de tão frequentes, passam a soar como corretas. Assinale a(s) frase(s) que está(ão) devidamente corrigida(s):

I – Será promovido **haja visto** seus esforços. / Será promovido **haja vista** seus esforços.

II - A audiência teve início às **8 hrs**. / A audiência teve início às **8 h**

- III - O processo deu entrada **junto ao** STF. / O processo deu entrada **no** STF.
- IV - A promoção veio **de encontro** aos seus desejos. / A promoção veio **ao encontro de** seus desejos.
- V - São infundados os boatos de desavenças entre **eu e tu**. / São infundados os boatos de desavenças entre **mim e ti**.
- A. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas a assertiva V está correta.
- D. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

PROVA DE DIREITO

11ª QUESTÃO:

- I – O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.
- II - Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- III - Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo com exclusividade o Ministério Público.
- IV - A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- V – É correto afirmar que em se tratando de Ação Popular: Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas

incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

12ª QUESTÃO:

I – No caso da Ação Popular, em se tratando de instituições ou fundações, para cuja criação ou custeio o tesouro público concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, bem como de pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas, as consequências patrimoniais da invalidez dos atos lesivos terão por limite a repercussão deles sobre a contribuição dos cofres públicos.

II – Segundo a lei 4717/65, podem ser declarado nulos, atos ou contratos, praticados ou celebrados por quaisquer das pessoas ou entidades referidas na lei, que realizarem operação bancária ou de crédito real, quando o valor real do bem dado em hipoteca ou penhor for inferior ao constante de escritura, contrato ou avaliação.

III - As pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, em hipótese alguma poderá atuar ao lado do autor.

IV – Na Ação Popular, caso não requerida, até o despacho saneador, a produção de prova testemunhal ou pericial, o juiz ordenará vista às partes por 5 (cinco) dias, para alegações, sendo-lhe os autos conclusos, para sentença, em 3 (três) dias após a expiração desse prazo; havendo requerimento de prova, o processo tomará o rito ordinário.

V - Se o autor desistir da ação popular, serão publicados editais nos prazos e condições previstos na lei, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

- A. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

13ª QUESTÃO:

- I – As entidades autárquicas jamais poderão ser sujeitos passivos em Mandado de Segurança, porque excluídos, pela Lei n. 2016/2009.
- II - Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- III – Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama.
- IV - O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- V – Segundo a Lei n. 2.016/2009, poderá ser concedida medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

14ª QUESTÃO:

- I – Nos casos de Mandado de Segurança, a requerimento do Ministério Público e para evitar grave lesão a ordem, saúde, segurança e a economia publicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, cabendo dessa decisão, agravo, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, e será julgado na sessão seguinte a sua interposição.
- II – Podem ser protegidos pelo mandado de segurança coletivo, os direitos individuais homogêneos, assim entendidos, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.
- III - Não cabe no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes.
- IV – Dos recursos arrecadados pelo FRBL, nos termos da lei 15694/11, 50% serão destinados, para projetos submetidos à análise do Conselho Gestor.
- V - Segundo a lei 15694/11, constituem receitas do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, FRBL, o valor dos honorários advocatícios fixados em ações civis públicas interpostas e vencidas pelo Ministério Público.

- A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

15ª QUESTÃO:

- I Os interesses individuais homogêneos, são interesses perfeitamente identificáveis, considerados divisíveis. Fazem parte do patrimônio individual de seu titular. São via de regra transferíveis, *inter vivos* e *causa mortis*, suscetíveis de renúncia e transação, salvo direitos personalíssimos.
 - II - Os direitos coletivos, são transindividuais, com determinação relativa de seus titulares. A ligação entre os titulares coletivos decorre de uma relação jurídica base. São indivisíveis, insuscetíveis de apropriação, transmissão, renúncia e transação. Sua defesa em juízo se dá através de substituição ou representação processual, o que torna o objeto da demanda disponível para o autor.
 - III – A multa liminar, é computada, desde o dia em que houver configurado o descumprimento, iniciando-se o somatório diário.
 - IV - A homologação do arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede a reabertura do caso quando surgirem novas provas, tampouco prejudica o ajuizamento da ação civil pública por outro legitimado.
 - V - Segundo o Superior Tribunal de Justiça é cabível a declaração de inconstitucionalidade de lei *incidenter tantum*, em ação civil pública.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
 - D. () Apenas as assertivas I, II, IV estão corretas.
 - E. () Todas as assertivas estão corretas.

16ª QUESTÃO:

- I – A Lei n. 7.661/88, que Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, considera Zona Costeira, o espaço geográfico contemplando o ar, o mar e terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo tão somente a faixa terrestre, definida pelo Plano.

- II – O Plano de Gerenciamento Costeiro, para evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, poderá prever a criação de unidades de conservação permanente.
- III – Compete ao CONAMA, segundo a Lei n. 6.938/81, homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental.
- IV – De acordo com a Lei n. 6.938/81, cabe ao CONAMA, estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes; bem como, ainda privativamente, estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.
- V - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental e instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

17ª QUESTÃO:

- I - Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.
- II - A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal.
- III - A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal.
- IV - Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão pode ser dispensada da averbação na matrícula de todos os imóveis envolvidos.
- V – No prazo de vigência da servidão ambiental, é permitida a alteração da destinação da área, nos casos de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

18ª QUESTÃO:

- I - Entendem-se por educação ambiental não formal, as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.
 - II - Segundo a Política Nacional de Recursos Hídricos, a água é um bem de domínio público, um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
 - III - São instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.
 - IV - Segundo a Lei n. 9.433/ 97, os Planos de Recursos Hídricos são planos de médio prazo, com planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos.
 - V - Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos usos de recursos hídricos, para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
 - B. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
 - D. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
 - E. () Todas as assertivas estão corretas.

19ª QUESTÃO:

- I - Para o Código Florestal, área de utilidade pública é aquela que compreende: as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia e aos serviços de telecomunicações e de radiodifusão e as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do CONAMA
- II - Consideram-se de preservação permanente, segundo a Lei n. 4771/65, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será; de 30 (trinta)

metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 100 (cem) metros de largura.

- III - Consideram-se de preservação permanente, segundo a Lei n. 4771/65, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas, em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- IV - A supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública ou de interesse social, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.
- V - A supressão de vegetação em área de preservação permanente situada em área urbana, dependerá de autorização do órgão ambiental competente, desde que o município possua conselho de meio ambiente com caráter deliberativo e plano diretor, mediante anuência prévia do órgão ambiental estadual competente fundamentada em parecer técnico.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

20ª QUESTÃO:

- I - Consideram-se para os efeitos da Lei n. 11.428/06, *pousio*, a prática que prevê a interrupção de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais do solo por até 05 (cinco) anos para possibilitar a recuperação de sua fertilidade.
- II - Não será permitido o parcelamento do solo: em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes.
- III - Os loteamentos deverão atender, área mínima de 100m² (cento metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes, segundo a lei 6766/79.
- IV - Para a indicação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, deverão ser observados, comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$

4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), e prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;

V - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira, que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país.

- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

21ª QUESTÃO:

I - As atividades e projetos que envolvam Organismo Geneticamente Modificados e seus derivados, relacionados ao ensino com manipulação de organismos vivos, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à produção industrial ficam restritos ao âmbito das entidades de direito público, que serão responsáveis pela obediência aos preceitos da Lei n. 11.105/05 e de sua regulamentação, bem como pelas eventuais consequências ou efeitos advindos de seu descumprimento.

II – Em caso de alienação do terreno, ou do direito de superfície, o superficiário e o proprietário, respectivamente, terão direito de preferência, em igualdade de condições à oferta de terceiros.

III – Segundo disposição do Estatuto das Cidades, decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

IV - As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

V - A Lei n. 11.105/05, veda expressamente que as organizações estrangeiras ou internacionais, financiem ou patrocinem atividades ou de projetos relativos à construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no

meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados.

- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

22ª QUESTÃO:

I – No desempenho de suas atividades o agente público deve focar-se ao elemento moral de sua conduta e aos fins buscados, porque a moralidade está umbilicalmente ligada com o interesse público não por vontade da norma constitucional, mas por constituir pressuposto intrínseco da validade do ato administrativo.

II – À configuração do ato de improbidade, qualquer que seja o tipo específico de ofensa, será imprescindível penetrar o domínio da vontade do agente público, não bastando o dolo in re ipsa ou a culpa, quando cabível.

III – Para os fins da Lei n. 8.429/92 é indiferente que a vantagem econômica indevida, que constituiu o fruto do enriquecimento ilícito do agente público ou terceiro, seja obtida por prestação positiva ou negativa.

IV – O conceito de enriquecimento ilícito, nos termos do art. 9º “caput” da LIA, conceitua caracterizar o enriquecimento ilícito o auferimento de vantagem econômica indevida em razão do exercício de qualquer função pública, sendo irrelevante que o agente público pratique ato lícito ou ilícito.

V - O art. 9º, inciso VII (norma residual), da Lei n. 8.429/92, busca punir o comportamento do agente público que, não possuindo qualquer outra fonte de renda que não aquela de seu vínculo, amealha bens ou valores (mobiliários ou imobiliários) incompatíveis ou desproporcionais com a evolução de seu patrimônio ou renda. A inidoneidade financeira (presumida na norma) gera a ilicitude do enriquecimento, contudo, ajuizada a respectiva ação, inviável será a inversão do ônus da prova.

- A. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

23ª QUESTÃO:

- I – À caracterização da conduta do agente público que aceitar emprego ou comissão de pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições daquele, durante a atividade, é indispensável que o agente público tenha satisfeito efetivamente o interesse privado, não bastando a potencialidade desse interesse que precisa ser amparado ou atingido.
- II – O enriquecimento indevido pela prática de ato de improbidade a que alude o art. 9º, inciso XII, da LIA, já está presumido pela própria norma, uma vez que trata-se de hipótese típica de prestação negativa em razão de o agente público poupar o que normalmente gastaria se utilizasse bens, rendas, verbas ou valores de seu acervo patrimonial.
- III – Para a configuração de ato de improbidade administrativa com lesão ao erário a que alude o art. 10, da Lei n. 8.429/92, por dolo ou culpa, a ilicitude (imoralidade) é traço essencial à lesividade por força de presunção legal absoluta. Combate-se, em regra, o enriquecimento ilícito do particular. Lesão sem repercussão patrimonial não configura essa espécie de improbidade e os incisos do referido artigo refletem hipóteses de lesividade presumida.
- IV – Na ação civil pública inviável a cumulação de provimentos típicos e atípicos.
- V – O critério da potencialidade para a produção do dano gerado pelo ato pode servir como indicador da presença da improbidade na ilegalidade, desde que por algum meio esteja demonstrado o elemento subjetivo do tipo previsto no art. 11, da Lei n. 8.429/92.
- A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

24ª QUESTÃO:

- I – Pelos mesmos fatos, a absolvição na esfera criminal não projeta efeitos na área cível da improbidade administrativa, em razão da incomunicabilidade de instâncias.
- II – O princípio do não-locupletamento indevido repousa na regra de equidade que proíbe que uma pessoa se enriqueça às custas do dano, do trabalho ou atividade de outrem, sem a vontade deste ou do direito. O enriquecimento que atinge a moral pública é o injusto, fruto de uma ilicitude.
- III – O art. 10, da Lei n. 8.429/92 visa proteger o patrimônio (de natureza econômico ou não) das entidades mencionadas no art. 1º da mesma lei. O uso da palavra erário deve-se atribuir

a função de elemento designativo dos sujeitos passivos do ato de improbidade e, por sua vez, o vocábulo perda patrimonial, descrito logo a seguir no caput da norma, abarca toda e qualquer lesão ao patrimônio público (sentido amplo).

IV – A prática de ato de improbidade “visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência”, prevista no inciso I, do art. 11, da LIA, nítida hipótese de desvio de finalidade, encampa formas de violação ao princípio da eficiência.

V – Tratando-se de ação civil pública que busque sanção para perdimento de bens resultantes de enriquecimento ilícito e reparação dos danos, a medida de indisponibilidade de bens poderá atingir aqueles adquiridos mesmo antes da prática do ato de improbidade, sendo imprescindível a coexistência de causa e efeito entre este e a aquisição do(s) bem(s).

- A. () Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

25ª QUESTÃO:

I – O prefeito afastado do cargo por medida judicial cautelar em ação de improbidade administrativa, terá seus direitos políticos assegurados (votar e ser votado), estando legitimado a exercer a representatividade popular do cargo que concorreu posteriormente, caso eleito.

II – A multa prevista no art. 12, e seus incisos, da Lei n. 8.429/92, de caráter inibitório, não está ligada a uma relação de equilíbrio com o dano causado, sendo o montante deste sempre inferior ao da multa.

III – Para a posição doutrinária e jurisprudencial que admite a aplicação não cumulativa das sanções do art. 12, incisos I, II e III da LIA, tal entendimento, longe de ofender o equilíbrio constitucional dos poderes e levar ao arbítrio judicial, viabilizará a interpretação conforme a Constituição Cidadã e minimizará a dissonância existente entre a tutela dos direitos fundamentais e a severidade das sanções cominadas.

IV – A prescrição para o agente detentor de mandato de Prefeito que tenha praticado ato de improbidade no primeiro ano de mandato começará a fluir, mesmo em caso de reeleição, a partir do término do último mandato outorgado ao agente, posto a unicidade à sua atividade e a temporariedade do vínculo a que alude o inciso I, do art. 23, da LIA.

V – As condutas do art. 11, da LIA, isoladamente, não geram a perda de bens.

- A. () Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.

- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

26ª QUESTÃO:

- I – A sanção da perda da função pública decorrente do reconhecimento judicial da prática de ato de improbidade, tem cunho constitutivo negativo e atingirá tanto o cargo efetivo do agente como comissionado por ele ocupado, seja no mesmo ou em outro órgão ou entidade estatal, inclusive em nível de governo diferente daquele em que praticou o ato ímprobo.
 - II – O Aposentado que vier a praticar ato de improbidade no exercício de nova função pública, após condenação com sanção de perda da função pública, no momento próprio de sua execução, perderá o vínculo desta função e também terá cassada a aposentadoria.
 - III – A suspensão dos direitos políticos aplicada ao agente por ato ímprobo anterior, mas no momento em que tiver exercendo mandato eletivo vier a transitar em julgado a decisão, será ele (agente) afastado do cargo para o qual foi eleito.
 - IV – Cuidando-se da prática de atos ímprobos contra bens e interesses estaduais ou municipais, a atribuição para a instauração de Inquérito Civil ou Procedimento Preparatório é do Promotor de Justiça ou do Procurador-Geral de Justiça, conforme o caso concreto.
 - V – A ação civil pública de responsabilidade por ato de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/92), admite a interposição de medida cautelar de seqüestro especial, contudo imprescindível os requisitos do art. 813, do CPC e que sobre o(s) bem(s) haja litigiosidade.
- A. () Apenas as assertivas III e V estão corretas.
 - B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
 - C. () Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
 - D. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - E. () Todas as assertivas estão corretas.

27ª QUESTÃO:

- I – A medida cautelar de protesto poderá ser proposta pelo Órgão do Ministério Público para evitar iminente ocorrência de prescrição.
- II – Havendo sido proposta pelo Ministério Público ação civil pública por ato de improbidade administrativa e concomitantemente ajuizada ação popular pelo legitimado, ambas abrangendo os mesmos fatos e também com recebimento da inicial, poderá ocorrer a

continência e, quando do julgamento, será apreciado por primeiro o(s) pedido(s) da ação popular e, após, o(s) daquela.

III – O procedimento do processo da ação de responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa é híbrido, iniciando-se com base nas regras processuais estabelecidas pela legislação especial (Lei n. 8.429/92), passando para o rito ordinário estabelecido pelo Código de Processo Civil e, em situações específicas para o ato, a respectiva regra do Código de Processo Penal.

IV – Em ação de improbidade administrativa as partes poderão interpor recurso da sentença independentemente do preparo, nos moldes do art. 18, da Lei n. 7.347/85. Julgado procedente o pedido, as sanções de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos do(s) demandado(s) só podem ser executadas após o trânsito em julgado da decisão.

V – A sentença de procedência prolatada em ação civil de responsabilidade por ato de improbidade administrativa poderá conter sanções de cunho declaratório, constitutivo e condenatório. No tocante ao seu cumprimento e preenchidos os requisitos em específico, na parte constitutiva e declaratória, o magistrado determinará o cumprimento mediante expedição de ofícios mandamentais. Contudo, na parte relacionada com a(s) sanção(es) de cunho condenatório, necessário se faz, para seu cumprimento, a adoção das medidas específicas do Código de Processo Civil.

- A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, III e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas III e V estão corretas.
- E. () todas as assertivas estão corretas.

28ª QUESTÃO:

I – O “interesse social” presente no art. 1º da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, visa resguardar a imensa coletividade de consumidores fragilizados em face do poder econômico dos fornecedores, bem ainda proporcionar aos primeiros os meios adequados para o acesso à Justiça, seja de forma individual ou mesmo coletiva.

II – O CDC, ao admitir a pessoa jurídica como consumidora, não o fez de maneira ilimitada, mas, ao contrário, impôs limites não apenas em decorrência do princípio da vulnerabilidade da chamada pessoa jurídica-consumidora, como também pela não utilização profissional dos produtos e serviços.

- III – O parágrafo único do art. 2º do CDC, visa proteger não aquele consumidor determinado e individualmente considerado, mas a coletividade de consumidores de produtos e serviços, sobretudo quando indeterminados e mesmo potenciais consumidores. Essa coletividade dos interesses ou direitos do consumidor comporta a dos chamados interesses ou direitos coletivos propriamente ditos e interesses individuais homogêneos de origem comum.
- IV – O CDC cuida não só das medidas repressivas, sejam judiciais ou administrativas, como também de medidas preventivas de aspectos administrativos de defesa do consumidor, por intermédio das autoridades incumbidas da fiscalização de certo setor produtivo, evitando-se que determinado bem ou serviço venha a ser produzido ou prestado quando o fator de risco seja suplantado pelo fator benefício.
- V – À aplicação da inversão do ônus da prova de que cuida o CDC, para que o julgador possa acatá-la, dentre outras condições, há que estar presente a verossimilhança das alegações do consumidor. Contudo, um direito da parte lesada quando se tratar de propaganda enganosa ou abusiva.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

29ª QUESTÃO:

- I – O fabricante que tenha colocado no mercado produto intrinsecamente defeituoso terá, com exclusividade, a responsabilidade civil por danos. A nocividade do produto resultante de sua má utilização, por falta, insuficiência ou deficiência de informação, também faz recair ao fabricante.
- II – A responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço decorre da exteriorização de um vício/defeito de qualidade que pode ser defeituoso sem ser inseguro e, ao mesmo tempo, ser defeituoso e inseguro. Nos vícios que não resultam insegurança, pode-se dizer que a perda patrimonial não ultrapassa os limites valorativos do produto ou serviço defeituoso, o que não acontece com os defeitos de insegurança que ultrapassam os limites valorativos do produto ou serviço defeituoso.
- III – Se o produto adquirido pelo consumidor atender inteiramente sua necessidade e expectativa, em que pese nele (produto) inexistir informação regulamentar de

apresentação, não será considerado impróprio e, assim, inviável ao consumidor solicitar a troca, devolução do dinheiro ou abatimento do preço.

IV – A vedação de denúncia da lide tem aplicação, na norma consumerista, apenas na hipótese relativa a fato do produto, sendo cabível, de outra banda, o chamamento ao processo.

V – O CDC não estabelece prazo fixo para que o consumidor possa reclamar pelo vício oculto. Nesse caso, o limite temporal da garantia está em aberto e seu termo inicial será o da descoberta do vício. Utiliza-se como parâmetro para evitar a “garantia eterna” a vida útil do produto, de forma a prestigiar o princípio da isonomia.

- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, II, e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

30ª QUESTÃO:

I – O Órgão do Ministério Público, visando obstar o prazo decadencial por vício do produto e propor ação que diga respeito a lesão a direitos coletivos, uma vez que ainda não tem elementos suficientes para a propositura da respectiva ação, poderá se valer da instauração de inquérito civil para suspender o prazo decadencial, desde que, também para esse fim (decadência), na Portaria inaugural faça a devida especificação, a que alude o CDC.

II – A desconsideração da personalidade jurídica a que alude o CDC prescinde de provocação da parte, podendo o magistrado, uma vez verificada a hipótese a que alude a norma, mesmo sem a ocorrência de fraude ou abuso de direito, redirecionar a execução para atingir os bens pessoais dos sócios.

III – O Órgão do Ministério Público, como prova do efeito vinculante ao contrato estabelecido entre fornecedor e consumidores, independentemente de cláusula dissociativa constante do pacto, em caso de tutela coletiva, poderá valer-se do *marketing* utilizado pelo fornecedor na publicidade do produto ou serviço, posto que toma-se por base os princípios da boa-fé objetiva, da transparência e da confiança.

IV – Efetuada promoção pelo fornecedor com o intuito de estimular a venda de determinado produto em face de premiação a ser encontrada somente em alguns dos vários lotes daquele, com ampla divulgação publicitária voltada à coletividade de consumidores, verificou-se que houve falha em parte do material que identificava a premiação e que já estava em circulação. Nesse caso, para se esquivar da responsabilidade decorrente da

vinculação publicitária com a falha ocasionada, pode o fornecedor alegar “erro” de terceiro.

V – O CDC reconhece que a relação de consumo não é apenas contratual; adotou, na especificidade, o princípio da vinculação contratual da mensagem publicitária. O art. 429 e seu parágrafo único do CC não possuem repercussão concreta nas relações de consumo.

A. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

B. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.

C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.

D. () Apenas as assertivas IV e V estão corretas.

E. () Todas as assertivas estão corretas.

31ª QUESTÃO:

I – O CDC constitui-se de normas de ordem pública e de interesse social, não podendo licitamente ser afastadas ou limitadas por vontade das partes, exceto quando o próprio código estabelecer.

II – Para caracterização de cláusula(s) abusiva(s) nos contratos decorrentes da relação de consumo é prescindível o reconhecimento da má-fé, dolo do fornecedor. Resolve-se pelo princípio da boa-fé objetiva. O contrato firmado que teve cláusula abusiva declarada judicialmente poderá ou não ser preservado.

III – O Órgão do Ministério Público pode ajuizar ação para o controle concreto de cláusula contratual abusiva, a pedido de consumidor, não podendo, todavia efetuar pedido de indenização individual em favor desse mesmo consumidor.

IV – O direito penal do consumidor orbita uma relação jurídica de consumo e seu objetivo primordial não é o de proteger o consumidor como tal nem o seu patrimônio, mas a segurança e credibilidade das relações de consumo, a coletividade em seu todo.

V – A responsabilidade penal em virtude da prática de qualquer dos tipos penais do CDC pode recair, até mesmo, sobre pessoa formalmente desvinculada da pessoa jurídica fornecedora. A infração penal de omissão de informação a consumidores é crime de mera conduta, pois independe do resultado e são elementos do tipo a embalagem, invólucro, recipiente e publicidade.

A. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.

B. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.

D. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.

E. () Todas as assertivas estão corretas.

32ª QUESTÃO:

- I – O art. 91 e seguintes do CDC leva ao entendimento de que a tutela de direito individual homogêneo diz respeito a um único fato, gerador de diversas pretensões indenizatórias. A origem comum poderá ser de fato ou de direito e não há que estar presente, necessariamente, unidade de fato e tempo.
- II – Pode o Promotor de Justiça, em razão de ilegalidade praticada decorrente de propaganda enganosa, buscar por meio de única ação civil pública pretensões de natureza coletiva, difusa e relativa a direitos individuais homogêneos.
- III – No tocante aos direitos coletivos, os efeitos da sentença de procedência do pedido irão atingir todos os que estiverem na relação de consumo indicada (pessoas determinadas). Nesse caso, se a ação foi proposta por associação, somente seus beneficiários poderão usufruir da decisão.
- IV – O Órgão do Ministério Público poderá firmar Termo de Ajustamento de Conduta visando exigir a cessação de propaganda enganosa, bem como a fixação de indenização em favor de consumidores dessa relação de consumo.
- V – O CDC, no que toca à prestação de serviço pelos profissionais liberais, abriu exceção ao princípio da responsabilidade civil objetiva ao admitir a necessidade de demonstração de culpa, contudo, não impossibilitou a aplicação do princípio da inversão da prova.

- A. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

33ª QUESTÃO:

- I – Em matéria de interesses transindividuais de consumidor, diante de entendimentos no sentido de que o Ministério Público terá restrições para a defesa de interesses individuais homogêneos, será relevante a análise da omissão constitucional quanto à defesa pela Instituição desse tipo de interesse.
- II – Na defesa de interesses apenas individuais de consumidor, não se justificará a iniciativa da propositura de ação pelo Ministério Público ou mesmo da sua intervenção na qualidade de *custus legis*.

- III – Em relação à competência em matéria de interesses transindividuais do consumidor, a regra do art. 93 do CDC deve ser aplicada, se cabível, para a instauração de inquérito civil, bem como a natureza da competência poderá ser relativa ou absoluta para ações civis públicas ou coletivas que envolvam direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos.
- IV – Pode-se dizer que a proteção do consumidor no direito civil através da teoria do vício redibitório muito pouco, ou quase nada, age de forma eficaz como instrumento de defesa do consumidor (econômica e a físico psíquica), seja por deficiência jurídica ou fática.
- V – O CDC abriga o princípio da transparência da publicidade, com repercussão cível, administrativa e penal, em conexão ao princípio da inversão do ônus da prova. A inversão a ser efetivada, nesse caso, não está na esfera de discricionariedade do magistrado e diz respeito à veracidade.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

34ª QUESTÃO:

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90):

- I – A criança e o adolescente tem direito de organização e participação em entidades estudantis.
- II – É expressamente vedada realização de termo de ajustamento de conduta em relação às questões referentes aos direitos da criança e do adolescente.
- III – Em regra, a criança e o adolescente não devem permanecer mais de 3 (três) anos em acolhimento institucional, garantido o direito à educação.
- IV – A perda e a suspensão do poder familiar só poderão ser decretadas judicialmente.
- V – O reconhecimento do estado de filiação poderá ser transacionado pelo Ministério Público, desde que garantido à criança e/ou ao adolescente o pagamento de pensão até os 21 (vinte e um) anos de idade.
- A. () Apenas as assertivas II e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

35ª QUESTÃO:

- I – A guarda de criança ou adolescente somente poderá ser revogada, após decisão judicial, para transformação em tutela ou adoção.
- II – O acolhimento familiar consiste em medida judicial em que a criança ou o adolescente permanece com seus genitores, sob supervisão constante do Conselho Tutelar.
- III – Os institutos da tutela e da guarda se diferenciam porquanto no primeiro há a necessidade de que a criança ou o adolescente possua bens ou rendimentos administráveis.
- IV – Os membros do Ministério Público com atribuição para acompanhar a execução de medidas socioeducativas devem inspecionar, com a periodicidade mínima bimestral, as unidades de semiliberdade e de internação sob sua responsabilidade, ressalvada a necessidade de comparecimento em período inferior, conforme Resolução n. 67 do Conselho Nacional do Ministério Público.
- V – Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parente próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- A. () Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

36ª QUESTÃO:

Sobre a adoção:

- I – Não é possível, em nenhuma hipótese, a adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- II – Existe cláusula impeditiva na Lei 8.069/90 à adoção por irmão e pelos ascendentes do adotando.
- III – A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais biológicos.
- IV – O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.
- V – Para os fins do Estatuto da Criança e do Adolescente considera-se adoção internacional exclusivamente aquela pleiteada por estrangeiro residente fora do Brasil.
- A. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.

- C. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

37ª QUESTÃO:

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

- I – O procedimento para perda ou a suspensão do poder familiar terá início através de portaria expedida pelo Juiz de Direito, após prévia comunicação dos fatos pelo Conselho Tutelar.
- II – O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento para apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente é de 45 (quarenta e cinco) dias.
- III – Da sentença nos processos afetos à Justiça da Infância e Juventude cabe apelação no prazo de cinco dias, contados da intimação da parte sucumbente.
- IV – Compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência.
- V – O afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei.

- A. () Apenas as assertivas II, III, IV e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

38ª QUESTÃO:

Quanto aos atos infracionais, tem-se que:

- I – São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, só cabendo a aplicação de medidas protetivas para os adolescentes que pratiquem conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- II – A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

- III – Apenas o membro do Ministério Público pode conceder remissão, em qualquer das fases processuais.
- IV – A medida de internação poderá ser aplicada, entre outras hipóteses, quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa.
- V – O período máximo de internação é de três anos, devendo, porém, haver liberação compulsória, assim que o internado atingir a maioridade penal.
- A. () Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

39ª QUESTÃO:

- I – A autorização judicial é dispensável, quando a criança ou adolescente viajar para o exterior acompanhado de ambos os pais ou responsável.
- II – Os programas de execução de medidas socioeducativas para adolescentes autores de ato infracional se estruturam e organizam, sob forma de um Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo – SINASE, conforme Resolução n. 113 do CONANDA.
- III – Os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente tem entre suas competências a de acompanhar e avaliar as ações governamentais e não governamentais dirigidas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- IV – O Conselho Tutelar pode, excepcionalmente, ingressar com ação de destituição do poder familiar, nos casos por ele atendidos.
- V – Todas as medidas de proteção podem ser aplicadas pelo Conselho Tutelar.
- A. () Apenas as assertivas I e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

40ª QUESTÃO:

De acordo com o Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741/2003:

- I – Aos maiores de 65 anos fica assegurada a prioridade na restituição do recebimento do Imposto de Renda.
- II – As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo

extrajudicial nos termos da lei processual civil, destacando-se que a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

III – Compete ao Ministério Público atuar como assistente do idoso em ações individuais que tratem de direitos indisponíveis, sendo que nos processos que envolvam interesses e direitos de idosos previstos no Estatuto do Idoso, a ausência de intervenção do Ministério Público acarreta nulidade que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

IV – Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: reserva de 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.

V – No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos; e desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

A. () Apenas as assertivas II e V estão corretas.

B. () Apenas as assertivas I e V estão corretas.

C. () Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.

D. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.

E. () Todas as assertivas estão corretas.

41ª QUESTÃO:

De acordo com o Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741/2003:

I – Os Conselhos do Idoso, o Ministério Público e a Vigilância Sanitária estão legitimados a fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento aos idosos, estando ambas sujeitas a advertência e multa, além de outras medidas como fechamento de unidade ou interdição de programa.

II – O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

III – Compete ao Ministério Público promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas em Lei, quando necessário ou o interesse público justificar.

IV – Os valores das multas reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso, sendo

que as multas não recolhidas até 60 (sessenta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

V – Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada, igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o pólo ativo, em caso de inércia desse órgão.

- A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

42ª QUESTÃO:

I - Consoante a Lei n. 7.853/89, o Ministério Público, as autarquias e as empresas públicas são alguns dos legitimados a proporem ação civil pública para garantir a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às pessoas portadoras de deficiência, permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte.

II – Prevê a Lei n. 7.853/89 que o Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.

III – Extrai-se do texto da Lei n. 7.853/89 que somente nos casos de segurança nacional poderá ser negada, ao interessado, certidão ou informação necessária à instrução de ação civil pública que diga respeito aos interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência.

IV – A Lei n. 10.098/2000 define acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

V – De acordo, ainda, com a Lei n. 10.098/2000, os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT. Além disso, os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e

identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.

- A. () Apenas a assertiva II está correta.
- B. () Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

43ª QUESTÃO:

I - A Lei Estadual n. 12.870/2004 considera pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias: deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência comportamental e deficiência múltipla.

II - De acordo com o regramento que instituiu a Política Estadual de Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (Lei Estadual n. 12.870/2004), a deficiência comportamental abrange, entre outros lá elencados, os distúrbios psicológicos temporários e permanentes adquiridos por enfermidades relacionadas à conjugação de outras deficiências, em especial as de categoria mental.

III - De acordo com a Lei n. 10.216/2001, a internação psiquiátrica compreende os seguintes tipos: internação voluntária, internação involuntária e internação compulsória.

IV - Consoante a Lei n. 10.216/2001, a internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

V – Conforme a Lei n. 10.216/2001, somente a internação psiquiátrica voluntária independe de laudo médico circunstanciado que caracterize seus motivos.

- A. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

44ª QUESTÃO:

I - A Lei n. 8.080/90 prevê um subsistema de atendimento e internação domiciliar, cujos serviços são realizados por equipes multidisciplinares envolvendo medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora, sendo que tais serviços somente poderão ser realizados por indicação médica, com expressa concordância do paciente e de sua família.

- II - De acordo com a Lei n. 8.080/90, os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes correspondam.
- III - A legislação que rege o Sistema Único de Saúde (SUS) prevê que à direção municipal do Sistema de Saúde, compete colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las.
- IV - Na gestão do SUS, a Conferência de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
- V - Para garantir a atuação do SUS, as Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite reunir-se-ão anualmente após convocação do CONASS (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde) para discutir e avaliar a situação de saúde e propor aos Conselhos de Saúde as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes.
- A. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

45ª QUESTÃO:

De acordo com a Lei n. 9.790/1999:

- I - As instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras, desde que sem fins lucrativos, podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.
- II – Em termos de OSCIP, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.
- III - As fundações públicas, as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas somente poderão constituir uma

OSCIP se forem autorizadas pelo Ministério da Justiça, hipótese em que os respectivos Tribunais de Contas tomarão as medidas para fiscalização efetiva do exercício de suas atividades.

IV - Para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, as pessoas jurídicas interessadas devem ser regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

V - Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório, ressalvando-se que, vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de OSCIP.

- A. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, II, III, e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

46ª QUESTÃO:

Conforme a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (LC n. 197/2000):

- I – A Corregedoria-Geral de Justiça é órgão da administração superior do Ministério Público.
- II – O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os integrantes de lista tríplice formada pelos membros que tenham mais de dez anos de carreira e que tenham obtido maior número de votos em eleição realizada para esta finalidade.
- III – Apenas o Promotor de Justiça vitaliciado tem direito a voto nas eleições para Procurador-Geral de Justiça.
- IV – É atribuição do Conselho Superior do Ministério Público a análise e a aprovação de proposta de criação, transformação e extinção de cargos da carreira do Ministério Público.
- V – Os Centros de Apoio Operacional possuem atribuição executiva, podendo o Coordenador-Geral avocar procedimentos administrativos, com maior repercussão social, de Promotorias de Justiça.

- A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- B. () Apenas a assertiva I está corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- D. () Apenas a assertiva II está corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

47ª QUESTÃO:

Estabelece a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (LC n. 197/2000) que:

- I – Cabe exclusivamente ao Corregedor-Geral do Ministério Público aplicar sanções disciplinares aos membros do Ministério Público.
- II – O Colégio de Procuradores de Justiça é integrado por todos os Procuradores de Justiça não afastados da carreira e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.
- III – Em face do princípio da publicidade, todas as reuniões do Conselho Superior do Ministério Público são abertas a todos, sendo vedado sigilo, independentemente da natureza do assunto tratado.
- IV – A comissão de concurso incumbida de realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público tem entre seus integrantes um representante do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
- V – É atribuição do Procurador-Geral de Justiça designar membro do Ministério Público para propor ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito civil.

- A. () Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II, IV e V estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

48ª QUESTÃO:

- I – A vitaliciedade ao membro do Ministério se dá após dois anos de exercício, garantindo, a este, o direito de somente ser destituído do cargo que ocupa por força de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- II – Havendo indício da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, no curso de investigação, a autoridade policial, civil ou militar remeterá, imediatamente,

sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

III – A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625/93) prevê que a prescrição das infrações disciplinares praticadas por membros do Ministério Público se dá no prazo máximo de oito anos, cabendo às Leis Estaduais dispor sobre os lapsos prescricionais.

IV – A apuração das infrações disciplinares cometidas por membros do Ministério Público será feita mediante processo administrativo sumário, quando cabíveis as penas de advertência, censura e suspensão inferior a quarenta e cinco dias, conforme a Lei Complementar Estadual n. 197/2000.

V – O inquérito administrativo, peça de investigação produzida pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, precisa obrigatoriamente ser feito e concluído para instauração de processo administrativo ordinário.

- A. () Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- E. () Todas as assertivas estão corretas.

49ª QUESTÃO:

I – O Conselho Superior do Ministério Público detém atribuição como Órgão de Execução, quando revê o arquivamento de inquérito civil, conforme disposto em lei.

II – Os incisos do artigo 32 da Lei n. 8.625/1993 veiculam um rol meramente exemplificativo de atribuições dos Promotores de Justiça.

III – A configuração de situação de suspeição ou impedimento do membro do Ministério Público para atuar em determinado feito indica parcialidade. Conforme a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar Estadual n. 197/2000), é dever funcional deste declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da Lei.

IV – O descumprimento de dever funcional previsto no artigo 157 da Lei Complementar n. 197/2000 constitui infração disciplinar.

V – O exercício da advocacia por membro do Ministério Público em atividade pode acarretar a perda do cargo ou a cassação da aposentadoria ou da disponibilidade.

- A. () Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
- B. () Apenas as assertivas I, II, IV e V estão corretas.
- C. () Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- D. () Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

E. () Todas as assertivas estão corretas.

50ª QUESTÃO:

Segundo a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina (LC n.197/2000):

- I – O prazo da licença paternidade para o membro do Ministério Público é de até oito dias.
 - II – Há obrigação do Promotor de Justiça Titular de comunicar à Corregedoria-Geral do Ministério Público sempre que tiver de se ausentar da respectiva comarca.
 - III – O membro do Ministério Público pode exercer atividade político-partidária, sendo vedado, neste caso, responder como Promotor Eleitoral, durante o período de filiação.
 - IV – Dentre as funções do Procurador-Geral de Justiça está a de designar membros do Ministério Público para oferecer denúncia nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial.
 - V – O Procurador-Geral de Justiça é chefe da Instituição (Ministério Público de Santa Catarina), sendo-lhe vedada, em qualquer hipótese, a propositura de ação nos casos de infrações penais comuns.
- A. () Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - B. () Apenas as assertivas III, IV e V estão corretas.
 - C. () Apenas as assertivas I e II estão corretas.
 - D. () Apenas as assertivas I, III, IV e V estão corretas.
 - E. () Todas as assertivas estão corretas.

XXXVII CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

FOLHA-RASCUNHO PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO

(única que pode ser destacata e levada)